

Diário de Petrópolis, 30 de Julho de 2023

A Guerra dos Chips: A Volta da Política Industrial, com uma Vingança

Por: Ronaldo Fiani

A imprensa tem noticiado amplamente nos últimos anos a chamada “Guerra dos Chips”, um conjunto de medidas adotadas pelos Estados Unidos, voltadas para estimular sua indústria de microcircuitos e, não menos importante, para impedir que a China tenha acesso à tecnologia de ponta norte-americana no setor. Matéria recente da Folha de São Paulo (4 de março de 2023) informa que durante a visita do presidente brasileiro a Joe Biden em fevereiro deste ano, a secretária de comércio dos Estados Unidos, Gina Raimondo levantou a possibilidade de o Brasil vir a participar da cadeia de produção de chips norte-americanos (Brasil É uma das Novas Frentes na Guerra dos Chips entre EUA e China <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/03/brasil-e-uma-das-novas-frentes-na-guerra-dos-chips-entre-eua-e-china.shtml>).

A chamada Guerra dos Chips trouxe de volta algo que tinha sido execrado pela maioria dos economistas nas três últimas décadas: política industrial. Mais ainda, trouxe de volta a política industrial “com uma vingança” (with a vengeance), como se diz em inglês, ou seja, com uma força e uma radicalidade maiores do que aquelas que ela apresentava antes de ser banida. Contudo, antes de explicar qual é a “vingança” em questão, é necessário esclarecer um pouco a importância dos chips ou microcircuitos, e do que trata a política industrial.

Um “chip” é um microcircuito integrado muito pequeno, fabricado com materiais semicondutores (daí algumas vezes ser chamado inadequadamente de semicondutor), montado em uma placa de silício, que é fundamental no funcionamento de um equipamento eletrônico. Como hoje a eletrônica faz parte de uma gama inimaginável de produtos, temos chips ou microcircuitos em automóveis, celulares, computadores, robôs e, especialmente, em equipamentos e plataformas militares (que usam chips mais eficientes do que a média), tais como tanques, navios de guerra, caças de última geração e satélites. Desta maneira, o domínio da tecnologia dos chips ou microcircuitos integrados é essencial, não apenas para um país se situar na vanguarda da economia mundial, mas também para assegurar capacidade militar de ponta.

De uma forma simples, política industrial é toda política voltada para o desenvolvimento de um setor da indústria. Esta política usa instrumentos de incentivo, tais como isenções tributárias, subsídios, financiamento em condições mais favoráveis, proteção tarifária contra produtos importados etc., visando a desenvolver um determinado setor da indústria que seja considerado importante para o país. É importante aqui distinguir políticas industriais da prática adotada no Brasil há alguns anos, de favorecimento de algumas grandes empresas (os chamados “campeões nacionais”). Políticas industriais têm como objetivo desenvolver setores da indústria, não favorecer empresas específicas (o que pode criar relações duvidosas entre estas empresas e o governo).

Política industrial é um conceito moderno para uma prática muito antiga, anterior mesmo à existência da profissão de economista. Como mostra o economista Ha-Joon Chang em seu livro *Chutando a Escada: a Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica* (Editora Unesp, 2004), o rei inglês

Henrique VII (1457-1509) adotou medidas típicas de política industrial para estimular o desenvolvimento da manufatura da lã inglesa e capacitá-la para competir com sua concorrente dos Países Baixos, tais como proteção tarifária e proibição da exportação de lã bruta (esta última medida com o objetivo de baratear a sua matéria-prima fundamental).

Mesmo sendo uma prática antiga, desde os anos 1990 a política industrial tem sido rejeitada pela maioria dos economistas, como fonte de distorções na economia. A base destas críticas é a tese de que os mercados sabem melhor do que qualquer governo quais são os setores mais lucrativos para se investir. Apesar desta rejeição pela maioria dos economistas, os Estados Unidos vêm adotando desde o governo Trump várias medidas, incluindo medidas protecionistas, que demonstram claramente que os diferentes governos do país (como o republicano Trump e o democrata Biden) não comungam desta crítica à política industrial. A razão é simples: os setores que os mercados consideram mais lucrativos em um dado momento não são necessariamente aqueles que garantem o poder político de um país no longo prazo.

Ocorre que a Lei dos Chips dos Estados Unidos (originalmente Semiconductors and Science Act), promulgada em 9 de agosto de 2022, e que envolveu na sua formulação políticos democratas e republicanos (apesar destes últimos serem conhecidos pela sua antipatia à intervenção do Estado na economia) é um caso evidente de política industrial em grande escala, porém com uma vingança.

A Lei dos Chips oferece uma série de estímulos para o setor de microcircuitos, tais como 52 bilhões de dólares em subsídios, créditos tributários e incentivos à

pesquisa para estimular a modernização e expansão da indústria de chips norte-americana. Estas medidas são típicas de política industrial, contudo, há algo mais na Lei que foge ao escopo da política industrial: qualquer empresa, norte-americana ou estrangeira, que receba assistência financeira pela Lei dos Chips é proibida de realizar transações importantes com a China (explicitamente citada na Lei) por 10 anos, a partir da concessão da assistência financeira, sem a aprovação do Departamento de Comércio dos Estados Unidos. A Lei dos Chips permite que o governo norte-americano inclua outros países e outras tecnologias na exigência de aprovação pelo Departamento de Comércio, sempre que considerar necessário para garantir a supremacia tecnológica e política dos Estados Unidos.

A política industrial voltou com uma vingança política.

Link para a matéria original:
<https://www.diariodepetropolis.com.br/integra/ronaldo-fiani-244756>